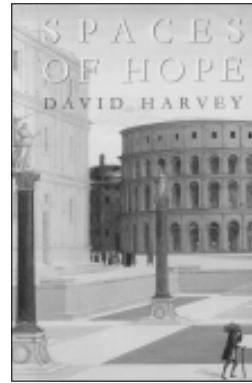


SPACES OF CAPITAL —
TOWARDS A CRITICAL
GEOGRAPHY

HARVEY, DAVID. NOVA YORK:
ROUTLEDGE, 2001 (429 p.) ISBN
N. 0.415.93241.6



SPACES OF HOPE

HARVEY DAVID. BERKELEY & LOS
ANGELES (CALIFORNIA): UNIVERSITY
OF CALIFORNIA PRESS, 2000, 293 p.
ISBN N. 0.520.22578.3

Luiz Guilherme Rivera de Castro

Urbanismo, espaços de esperança, futuros possíveis¹

Urbanismo e geografia têm muito em comum. O primeiro pode ser compreendido em sentido amplo, como campo de conhecimento e prática do e no urbano, entre as quais a ação projetual, campo de atuação de planejadores, urbanistas, arquitetos e engenheiros. Como campo de pesquisa e conhecimento, o urbanismo trata dos modos de vida das sociedades humanas e dos ambientes construídos, do processo de urbanização, e tende a constituir quadros normativos de interpretação e de ação sobre a realidade. A geografia é, por tradição, disciplina predominantemente analítica, descritiva, classificatória e interpretativa, tendendo a constituir explicações para o conjunto dos fenômenos territoriais, produzindo conhecimentos que irão alimentar e servir de fundamento para tipos diversos de ação sobre os territórios e os povos que os habitam.

Geografia e urbanismo se apresentam, na divisão de trabalho no campo das ciências humanas, como modalidades diversas de conhecimento, disciplinas portadoras de processos de treinamento que tratam de objetos relativamente autônomos, mas não independentes: suas inter-relações, interfaces e sobreposições são inúmeras e complexas. Sem dúvida, as afirmações acima podem ser questionadas sob vários aspectos, já que não são consensualmente estabelecidas e muito menos fornecidas de uma vez por todas. Geografia e urbanismo se definem e redefinem-se, continuamente, pela transformação de suas práticas, de seus objetos e do contexto social no qual se encontram.

Dois livros relativamente recentes de David Harvey podem nos ajudar a desvendar as relações entre geografia, urbanismo, mas também entre essas

disciplinas e outros campos afins de conhecimento. A trajetória intelectual e acadêmica de Harvey se entrelaça com a do desenvolvimento da abordagem crítica na geografia², ocorrida, principalmente, nos últimos 30 anos. A partir de questões e dificuldades levantadas no interior da própria disciplina e do confronto dessas questões com as grandes transformações na produção e apropriação do espaço no pós-guerra, um grupo significativo de geógrafos de variada procedência e formação busca alternativas mais abrangentes e mais comprometidas com a resolução das questões sociais. Uma das principais referências para essa corrente tem sido a abordagem da *produção do espaço*³, que se caracteriza pela utilização de categorias derivadas da economia política crítica para a análise dos processos socioespaciais e das realidades urbanas em particular.

Tendo como ponto de partida um extenso questionamento dos métodos e procedimentos de investigação e produção de explicações no domínio da geografia, Harvey aprofunda e amplia seus interesses de pesquisa para temas correlatos, que vão da justiça social ao meio ambiente, passando pelas questões da mudança cultural nas sociedades capitalistas contemporâneas, tema de um de seus dois livros publicados no Brasil, *Condição pós-moderna*⁴. Doutorando-se em Cambridge, em 1962, transferiu-se para os EUA, em 1969, especificamente para a cidade de Baltimore, onde esteve vinculado ao Departamento de Geografia e Engenharia Ambiental da Universidade Johns Hopkins. Baltimore, como Harvey aponta, veio a ser o pano de fundo para muitas de suas reflexões e escritos sobre questões urbanas. Sua atividade acadêmica e de pesquisa inclui passagens pela Universidade de Oxford, pela London School of Economics e pelo Programa de Doutorado em Antropologia do CUNY Graduate Center, ao qual, atualmente, encontra-se vinculado. Recebeu diversos prêmios, entre os quais o Vautrin Lud International Geography Prize, em 1995.

Os dois livros resenhados aqui são representativos dos interesses e do pensamento de Harvey. Como grande parte de seus livros⁵, foram produzidos pela agregação de material inédito a material já publicado em periódicos e obras coletivas. A reunião de artigos de diferentes datas, tratando de diferentes temas, pode representar um problema incontornável para autores pouco consistentes – não é este o caso. Uma tensão permanente é o substrato que concede unidade ao conjunto dos textos, relacionando-os uns aos outros, compondo um painel analítico a apresentar diversos aspectos da realidade sob diferentes perspectivas, unificadas de modo não-mecânico e não-linear. Os dois livros foram publicados com intervalo de um ano e a justaposição de seus títulos revela o contraponto entre os espaços do capital e os espaços da esperança. Ou, em outros termos, entre as chamadas *condições existentes* e as perspectivas de futuro. Começemos pela obra com data de edição mais recente, *Spaces of capital*.

O livro é composto por 18 capítulos: 14 artigos publicados entre 1974 a 1998; três textos inéditos, escritos para conferências e congressos realizados em 2000 e 2001 e uma entrevista publicada na *New Left Review*, em agosto de 2001, a qual serve de prólogo ao volume. O subtítulo da coletânea traz implícita a postura de contribuir para a construção de uma geografia e de uma teoria urbana críticas, atitude que o autor explicita no prefácio. Os textos são distribuídos em dois conjuntos. O primeiro agrupa artigos a tratarem das relações entre

conhecimentos geográficos e poder político. A ciência da geografia é despida de seu caráter neutro, pois a própria pretensão de neutralidade científica, tomada de empréstimo às ciências físicas, traduz uma posição ideológica de naturalização dos processos sociais, o que leva a assumi-los como independentes da história e da vontade humanas, conduzindo a uma atitude acrítica que contribui para a perpetuação do *status quo* na sociedade capitalista. Por outro lado, o método e as categorias criados por Marx, se tomados como proposições perenemente válidas ou verdades absolutas, não mais serviriam para a compreensão do real, pois seriam “*capturados pela rigidez de uma qualquer ortodoxia política*”, abrindo caminho para que análises objetivas de processos concretos fossem substituídas por “*fantasias políticas concebidas subjetivamente*” (p. 117). Harvey rejeita também o *relativismo sem forma* – característico das atitudes niilistas, cínicas ou simplesmente oportunistas – para o qual resvalam modos pós-modernos de pensar e agir, dirá em outras oportunidades⁶. Na segunda parte do livro, essa crítica será posta em prática pela aplicação do método e de categorias de análise derivadas de Marx a processos contemporâneos. A aplicação de Harvey nada tem de mecânica ou de dogmática, pois identifica as inconsistências e insuficiências da teoria marxiana, quando confrontada com os processos contemporâneos, principalmente, com relação aos aspectos espaciais e ambientais. Nessa primeira parte se destacam, ainda, a discussão da relação entre população e recursos, identificando ecos contemporâneos do pensamento malthusiano no pensamento ambientalista, assunto que virá a desenvolver e aprofundar em *Justice, nature and the geography of difference*; o desenvolvimento dos temas da fragmentação social-espacial, do particularismo militante que se contrapõe a ambições de caráter universal e das identidades locais/regionais diante da globalização. Um artigo de 1992 analisa a renovação urbana na área central de Baltimore, focalizando processos de segregação, gentrificação, empobrecimento da população, desindustrialização e empresariamento urbano.

A segunda parte do livro reúne, sob o título de *A produção capitalista do espaço*, os textos que tratam da “*geografia da acumulação do capital, da produção do espaço e do desenvolvimento geográfico desigual em uma perspectiva marxista*” (p. ex). Os temas abordados têm como objetivo geral desenvolver aspectos espaciais e territoriais da teorização de Marx para a crítica da economia política. Publicado em 1975 na revista *Antipode*⁷, o título do primeiro artigo é sugestivo: *A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria de Marx* (em tradução livre). Para Harvey, a eficácia da abordagem do espaço na teoria de Marx reside em, a partir das necessidades apresentadas pelo processo de acumulação de capital, poderem ser derivadas algumas condições para a estruturação do território. Esse tema será desenvolvido com maior profundidade e abrangência em *Limits to capital* (1982), a questão da *solução espacial* (*spatial fix*), ou seja, a expansão geográfica dos domínios do capital como alternativa de solução para as crises de superacumulação e desvalorização – uma das questões centrais no desenvolvimento das pesquisas de Harvey e um dos grandes pontos cegos que identifica nas teorizações marxistas – é discutido em sua gênese, a partir de Hegel, Von Thünen e Marx (cap. 14). Os demais capítulos incluem uma discussão da teoria marxista do Estado, a

abordagem crítica do empresariamento como forma contemporânea modelar de gestão urbana, além de uma discussão dos aspectos geopolíticos da expansão capitalista atual.

A arte da renda: globalização e comodificação da cultura é o título do texto que encerra o livro, preparado para a Conferência sobre Local e Global realizada na Galeria Tate Modern, de Londres, em fevereiro de 2001. No artigo, Harvey começa por traçar paralelos entre a produção, distribuição e consumo de vinho e as relações entre a cultura (em sentido amplo) e a obtenção de rendas de monopólio. O ramo do vinho se desenvolve mundialmente, por meio de relações entre aspectos globais e locais. Assim, a produção e o mercado internacional de vinhos proporcionam um *“modelo útil para compreender um largo espectro de fenômenos na fase contemporânea da globalização”* (p. 402). Harvey estabelece a importância do discurso e da competição entre discursos para a obtenção de rendas de monopólio derivadas da *marca* do vinho. É o discurso, em suas diversas formas, que deve atestar a garantia de unicidade, originalidade, autenticidade e especialidade do produto. A partir dessas assertivas, passa a examinar, em seus traços fundamentais, a chamada “dialética espaço-lugar” – ou global-local – no discurso político e acadêmico do empresariamento urbano, e o papel do “capital simbólico coletivo”, o qual vem associado ao nome de algumas cidades – como, por exemplo, Barcelona – tomados como marcas distintivas, representando vantagens competitivas na atração de capitais. No último trecho do artigo e encerrando o livro, Harvey coloca a questão dos *espaços de esperança* opostos aos *espaços do capital*, da seguinte forma: *“usar a validação da particularidade, unicidade, autenticidade, dos significados culturais e estéticos em modos que abram novas possibilidades e alternativas”* em oposição à comodificação e monetização desses valores. Em outra obra, Harvey já havia desenvolvido um conjunto de argumentos para a fundamentação dessa postura. Passemos a examiná-lo.

Em *Spaces of hope*, Harvey não procura fugir da perplexidade diante dos inumeráveis paradoxos, complexidades e complicações do mundo contemporâneo. Ao contrário. A prevalência das narrativas que privilegiam o “pós” – pós-estruturalismo, pós-modernismo, pós-industrialismo, pós-marxismo, pós-colonialismo... –, no debate contemporâneo, vem acompanhada de uma insuficiência intrínseca para a caracterização dos fenômenos emergentes e para sua denominação autônoma em relação ao que é considerado “pré”. Ou seja, o pós-estruturalismo só pode definir-se como sucedâneo do estruturalismo, o pós-modernismo em relação ao modernismo precedente, e assim por diante. Embora Harvey não utilize o termo, trata-se de um impasse que Harvey se propõe resolver discutindo, inicialmente, as tendências contemporâneas de análise – e os recentes modismos intelectuais – por dois conceitos frequentes no discurso contemporâneo: a *globalização* e o *corpo*. O primeiro aparece e firma-se como um dos conceitos hegemônicos para a compreensão da expansão econômica a partir dos anos 70. O segundo surge como resultado da convergência de dois amplos movimentos: o desenvolvimento das questões de gênero e sexualidade, por um lado (aos quais poderíamos acrescentar as questões de etnia e religiosidade); e dos movimentos pós-estruturalistas e desconstrutivistas, por outro lado, colocando

em xequê os aparatos teórico-conceituais que, tradicionalmente, apóiam-se em categorias universais predefinidas.

Harvey aqui denomina seu método de abordagem de *materialismo histórico-geográfico*, o qual incorpora uma “*concepção dialética relacional*” (p. 15), fortemente apoiada nas teorias de Marx. O pressuposto básico a orientar suas análises é não haver escolha possível entre o particular e o universal. Dizendo com outros termos, não haveria escolha possível entre analisar ou compreender um caso particular concreto e o concreto abstrato, cuja expressão é um conceito – por exemplo, *trabalho, capital, urbano* – que, ao mesmo tempo, é formado por inúmeras ocorrências particulares e limitadas e também as inclui, ou seja: as diferentes modalidades e formas do trabalho humano; os múltiplos e inumeráveis tipos, formas e quantidades de capital; os processos de urbanização os quais se desenvolvem, dando forma a inumeráveis e diversas cidades. Como o particular estará sempre implicado e internalizado no universal, e este naquele, a compreensão de um não pode prescindir da compreensão simultânea do outro e das relações intrínsecas entre ambos.

Em vários trechos do livro há referências implícitas e explícitas ao mote de Margareth Thatcher: “Não há alternativa”, a condensar a falsa utopia neoliberal que o livre jogo das forças de mercado produz o melhor dos mundos possíveis. O esforço de Harvey é no sentido de estabelecer procedimentos concretos para a construção de alternativas – o impasse a que nos referimos acima seria, assim, resolvido.

Além da Introdução palidamente resumida acima, o livro conta com mais 12 capítulos distribuídos em quatro partes, mais um apêndice. Os quatro capítulos da primeira parte tratam do enquadramento teórico e conceitual da noção de globalização. As idéias centrais que trazem são as seguintes: a expansão geográfica dos mercados é uma das condições do desenvolvimento do capitalismo, mas não ocorre sem conflitos; as diferenças de escala geográfica, de ritmos de desenvolvimento e de estratégias geopolíticas de expansão do capitalismo gera fortes barreiras à constituição de movimentos políticos unificados de oposição em escala global; na dinâmica da globalização contemporânea, a produção de espaço por diversos meios é um elemento constitutivo dessa dinâmica e não apenas um efeito derivado, o que traz implicações extensas para a análise e compreensão dos processos sociais e econômicos, os quais não mais podem prescindir da dimensão geográfica e territorial; a produção de fortes diferenciações geográficas e de escala exige análises extensas e específicas para cada escala espacial e análises globais das relações interescares. A questão dos direitos coloca-se, dessa maneira e definitivamente, em escala planetária, não mais como “direitos humanos” nos limites dos estados-nação, mas como direitos universais aplicáveis a cada membro individual de nossa espécie. As ações humanas, em geral, as práticas políticas e as práticas espaciais, em particular, mesmo realizadas em âmbito local possuem uma dimensão global inalienável.

A segunda parte trata “de corpos e pessoas políticas no espaço global”, em uma tradução literal do título. Em dois capítulos, Harvey desenvolve os seguintes argumentos: os diferentes corpos e tipos de corpos existentes na sociedade são resultado, principalmente, de um processo de sociabilização firmemente

amarrado aos processos diferenciados de trabalho, de educação e de transmissão de conhecimentos e hábitos pela convivência e comportamento; se processos diversos e de outras naturezas – metabólica, ecológica, psicológica – contribuem para a produção dos diferentes corpos, colocam-se como centrais as questões de “*como os corpos são produzidos, como se tornam significantes e referentes de sentido*” (p. 116) e como práticas internalizadas nesses corpos podem, por sua vez, modificar os processos que os produzem. Assim, as ações políticas de transformação passam, necessariamente, pela transformação dos corpos, ao mesmo tempo em que a transformação dos corpos passa pela ação política – já que o indivíduo humano é um animal político (Aristóteles), não se realiza gregariamente, mas *socialmente* (Marx), pois só pode se individualizar em meio e com referência ao conjunto de seus semelhantes. Finalmente, Harvey identifica a possibilidade de criar uma “moldura espacial alternativa à crescente fragmentação dos locais de trabalho” por meio de reivindicações políticas específicas – a campanha por um salário básico (*living-wage campaign*), por exemplo – que ofereceria a “*possibilidade de coalizões políticas de base ampla em diferentes escalas espaciais*” (p. 129), conectando o particular e local ao universal e global.

A terceira parte do livro traz “O momento utópico” (*The utopian moment*), desenvolvido em dois capítulos, The spaces of utopia e Dialectical utopianism. Nesses capítulos, Harvey desenvolve uma argumentação de caráter predominantemente normativo, conforme a tradição do pensamento utópico – e podemos acrescentar, do pensamento urbanístico. Em primeiro lugar, a cidade de Baltimore – na qual Harvey viveu períodos significativos em vários sentidos – é apresentada a nós de modo sintético e incisivo: sua história recente, sua população, seus movimentos políticos, a renovação urbana, os conflitos étnicos e a crise urbana que combina desindustrialização por fechamento ou migração das principais indústrias, diminuição dos postos de trabalho, degradação das áreas centrais, migração das classes médias para os subúrbios, empobrecimento da população, crise fiscal e diminuição dos investimentos públicos. Perante esse cenário urbano desolador – complexo e concreto, resultante da ação de forças locais e regionais combinadas com processos globais – Harvey mostra necessidade de formular políticas alternativas baseadas na esperança, reconhecendo que a retomada da tradição utópica pode contribuir para a descoberta de futuros possíveis por meio da imaginação e construção coletivas:

“Do mesmo modo como produzimos coletivamente nossas cidades, também coletivamente produzimos a nós mesmos. Projetos que prefigurem a cidade que queremos são, portanto, projetos sobre (nossas) possibilidades humanas, sobre quem queremos vir a ser – ou, talvez de modo mais pertinente, em quem não queremos nos transformar.” (HARVEY, 2000, p. 159, tradução livre).

Citando Mangabeira Unger, Harvey afirma: se aceitamos que a sociedade humana é feita e imaginada, devemos também poder acreditar que ela possa ser refeita e reimaginada⁸. Entretanto, as utopias espaciais – urbanísticas, arquitetônicas ou mesmo de comunidades rurais-urbanas – quando implantadas, tendem a degenerar, porque, no próprio processo de sua implantação, o processo histórico – social, econômico, cultural, político – assume o comando sobre as

formas espaciais as quais pretenderam modificá-lo. Aos utopismos “de forma” ou “de processo” do passado, Harvey contrapõe a necessidade de construção de um *utopismo de processo e forma*, a incorporar a produção do espaço e do tempo, aberto às potencialidades de experimentação com novas formas espaciais, mas também com novos processos e formas sociais, em uma perspectiva libertadora e transformadora, sem incorrer nas ilusões errôneas ou na vontade de fuga presentes nas utopias do passado. “*O futuro deve ser construído não a partir de uma matriz utópica e fantástica, mas através de transformações tangíveis dos materiais brutos que nos são dados em nossas condições presentes*” (p. 191). O desafio seria, portanto, o de construir um *utopismo espaço-temporal*, enraizado nas possibilidades presentes e que, ao mesmo tempo, apontasse trajetórias diversas, adequadas a diferentes situações geográficas e condições desiguais de desenvolvimento.

Na quarta parte do livro, discutindo a pluralidade de alternativas, Harvey começa pela exposição da bastante citada comparação de Marx, em *O capital*, entre o arquiteto e a abelha. A partir daí passa a discutir as capacidades e poderes humanos de dominação e transformação da natureza, a própria natureza humana incluída. O ato de “fazer arquitetura” é tomado como modelo da prática humana comprometida, espacial e temporalmente, com as inúmeras restrições, condicionantes e complicações de natureza material e social. O arquiteto não é um livre agente criador, não detém o controle sobre todos os aspectos do processo. Entretanto, em um dado momento, o livre jogo da imaginação e a vontade de criar desempenham um papel crucial para efetivar o projeto, seja de um edifício, seja de uma cidade. O papel da imaginação, do pensamento especulativo e da criatividade foi e é fundamental, tanto para o extraordinário desenvolvimento do capitalismo e para as soluções emergenciais de suas grandes crises quanto para a criação de alternativas a ele (p. 205). Nossa espécie desenvolveu capacidades que tornam possível a transformação do mundo, em grande escala, pela imaginação e pelo trabalho, apesar e além de suas limitações intrínsecas. Isso nos coloca, enquanto espécie, diante de um número determinado de estratégias de ação, em relação à nossa própria espécie, em relação às outras espécies no planeta e em relação às próprias condições do planeta, o que, conseqüentemente, traz responsabilidades de grande monta, seja em relação à natureza, de modo geral, seja em relação à natureza humana. Para identificar, mensurar e avaliar essas responsabilidades – ou seja, conhecê-las em profundidade e extensão – é necessário trabalhar com fronteiras relativas a espaço, tempo, escala e ambiente e, também, fronteiras estabelecidas entre disciplinas e campos de conhecimento. Daí a importância dos trabalhos de *tradução*⁹, de estabelecimento de linguagens comuns a possibilitarem a transferência de saberes para além de fronteiras delimitadas, não apenas entre nações e etnias, não apenas entre domínios científicos de conhecimento, mas também entre diferentes práticas sociais e seus agentes, posicionados em escalas geográficas e temporais diversas.

O capítulo final tem um título sugestivo, que evoca a dignidade e a importância histórica e social da profissão de arquiteto: “O arquiteto insurgente em ação” (*The insurgent architect at work*). Harvey convida os leitores – os quais

presume interessados em mudanças progressivas – a colocarem-se no papel de arquitetos, “*equipados com amplos poderes e capacidades, embrenhado em um mundo físico e social pleno de condições e restrições*”. Para mudar tal mundo, será necessário pensar estratégica e taticamente: o quê e onde mudar, quando e com quais meios, levando em consideração que devemos, de algum modo, continuar a viver nesse mundo enquanto a transformação estiver ocorrendo. Harvey então considera sete campos de atividade, a cada um dos quais corresponde uma assertiva: 1) o pessoal é político, e, mudando nosso mundo, mudamos a nós mesmos; 2) como a pessoa política é uma construção social, um conjunto de relações socioecológicas, é necessário um longo e permanente processo para mudar a vida cotidiana por meio da transformação do próprio processo de construção social; 3) como a política coletiva, muitas vezes, apresenta caráter conservador e retrógrado, é preciso transformá-la, pela construção de identidades coletivas que possam fazer a tradução do pessoal e do político para um terreno mais abrangente da ação humana; 4) como a universalidade só existe em relação à particularidade e vice-versa, toda forma de *particularismo militante* deve relacionar-se a seus referentes universais, e, por outro lado, todas as análises, interpretações e proposições com alto grau de abstração requerem um trabalho exaustivo de *tradução*, para que possam tornar-se concretas; 5) o ambiente construído e as instituições existentes facilitam determinados tipos de ações sociais e limitam outros – portanto, devem ser substituídos, mas o ritmo e a velocidade dessa substituição devem corresponder a possibilidades concretas de mudança; 6) a variedade e heterogeneidade das situações socioecológicas e econômico-políticas implicam o desenvolvimento de habilidades de *tradução* de aspirações humanas entre os mais diversos contextos, linguagens e discursos, pois “*sem tradução, formas de ação coletiva tornam-se impossíveis*” (p. 245); 7) como os *universais* são socialmente construídos e operam como instrumentos de poder, é necessário reconstruí-los ou reformulá-los de modo diverso – os universais devem ser construídos, principalmente, como *direitos*. Harvey apresenta, então, uma listagem de *direitos universais* a conquistar/ construir, baseada na Declaração dos Direitos Humanos das Nações Unidas: 1) o direito às oportunidades de vida; 2) o direito à associação política e ao bom governo; 3) os direitos dos trabalhadores no processo de produção; 4) o direito à inviolabilidade e integridade do corpo humano; 5) o direito à imunidade (ampliação das liberdades de pensamento, consciência e religião inclui o direito ao comentário crítico e à disputa, livres da ameaça de retaliação); 6) direito a um ambiente decente e saudável; 7) o direito ao controle coletivo dos recursos comuns; 8) os direitos das gerações futuras; 9) o direito à produção do espaço; 10) o direito à diferença, incluindo aquele do desenvolvimento geográfico desigual; 11) nossos direitos como espécie, inevitavelmente, acompanhados de deveres e obrigações (p. 248-252).

O capítulo se encerra com algumas advertências. A primeira mostra que podemos aspirar a transformações, mas nunca podemos escolher as condições sob as quais deverão ser realizadas, pois estas não dependem de nossa vontade – antes de sermos sujeitos desses processos, somos também objetos (como “abelhas operárias”, acrescenta Harvey). A segunda afirma que para imaginar o futuro,

além de ousadia, devemos ter presente o fato de não podermos nos libertar de três condições: de nossa posição atual, do alcance de nossa visão, e de onde podemos aprender – para dizer de outro modo, o futuro o qual podemos imaginar carrega sempre uma grande carga de ligação com o existente. A terceira é: não importa o quanto nos esforcemos, em um determinado ponto não poderemos saber, com certeza, quais serão os resultados que emergirão de nossas ações, pois não podemos, de antemão, antecipar as contingências e eventos devidos àquilo que não é conhecido ou incerto. Como o arquiteto o qual não pode prever todos os resultados, efeitos, conseqüências e usos a serem feitos da obra que concebeu. O fascínio do pensamento utópico tradicional, de forma ou de processo, deriva justamente daí: representam *“um mundo fechado de certezas e regras conhecidas, onde contingência e acaso, incerteza e risco, são resolutamente bloqueados”* (p. 254).

O Anexo, *Edilia, or “make of it what you will”* (faça disso o que você quiser) é ficção, narra um sonho sobre um mundo no futuro de 2020, povoado dos temas freqüentados pelos pensadores utópicos do passado. Por meio desse expediente literário, Harvey constrói uma imagem de futuro possível. Uma utopia de processo e de espaço, que lança mão de elementos provenientes da literatura de ficção científica: o progresso tecnológico, entretanto, não é soberano e não comanda as relações sociais, ao contrário. Não se trata também de um mundo fechado, sem conflitos – há risco e incerteza, mas os mecanismos de controle são coletivos e coletivamente controlados. Ao final, Harvey recorda Bellamy¹⁰, para quem, depois do sonho utópico, a realidade sua contemporânea se apresentou como pesadelo quase intransponível e, mesmo assim, acreditou que a Idade de Ouro – sem “medo, tensão, ansiedade, trabalho excessivo e noites de insônia” – não se encontrava no passado, mas no futuro.

Quais relevâncias podem ter essas reflexões e esses textos para o campo de conhecimento prático e teórico da arquitetura, do urbanismo e do planejamento urbanístico? Para responder a essa questão é necessário um preâmbulo. Na classificação das áreas de conhecimento, adotada pelo CNPq, arquitetura e urbanismo, e planejamento urbano e regional figuram ao lado de direito, economia, administração, comunicações e outros, na área de ciências sociais aplicadas (<http://www.cnpq.br/areas/tabconhecimento/index.htm>). Sem dúvida, outras classificações podem ser feitas, e existem. Entretanto, não é possível negar que nessas disciplinas há tanto conhecimento produzido em outras especialidades das ciências humanas quanto uma tendência ao pensamento normativo, criador de regras, procedimentos e protocolos para a comunicação e a ação humanas. Uma das dificuldades da pesquisa acadêmica nessas áreas é que, muitas vezes, os quadros teóricos e conceituais mais desenvolvidos e consistentes encontram-se em outras áreas de conhecimento. Conforme a especificidade do tema ou objeto de pesquisa, devem buscar sustentação no aparato teórico e conceitual de uma ou outra disciplina investigativa. Assim, os textos de Harvey podem contribuir para a pesquisa e para a prática em arquitetura, urbanismo e planejamento, principalmente pelo estabelecimento de um quadro referencial a permitir diferentes aplicações e desdobramentos, na investigação, sobre alguns dos processos com os quais essas disciplinas lidam.

Em primeiro lugar, os textos apontam como um de seus aspectos centrais os processos sociais de produção do espaço e do ambiente construído, os quais constituem a própria substância daquelas disciplinas. Segundo, a análise e compreensão desses processos operam-se em uma perspectiva de grande amplitude histórica e geográfica e, ao mesmo tempo, possibilitam o desenvolvimento de análises específicas de casos particulares relacionados a um contexto global, podendo ser de grande auxílio na construção de quadros referenciais para o desenvolvimento de pesquisas, projetos e políticas experimentais. Em terceiro lugar, embora não ofereçam respostas imediatas a problemas particulares, concretos, cotidianos, nem uma metodologia para a projeção de futuros possíveis, fornece-nos um conjunto de conceitos e de relações que podem ajudar a refletir criticamente sobre as práticas correntes em diversos níveis, escalas e lugares, situando-as em um contexto mais amplo e, quiçá, colaborar na construção de práticas arquitetônicas, urbanísticas e sociais transformadoras, a partir mesmo da reformulação das práticas existentes.

Outro aspecto relevante é fornecido pela aplicação de Harvey do conceito de *tradução*. Não se trata da simples transferência de modelos ou conceitos os quais “deram certo” em seus lugares de origem e que podem e devem, portanto, ser universalizados. A universalização indiscriminada e acrítica pode causar efeitos inócuos, indesejáveis e até contrários às intenções iniciais, dependendo das condições particulares e locais. Trata-se, principalmente, de considerar os efeitos desejados em contextos específicos, em relação a aspirações humanas de caráter universal – liberdades e direitos.

Dada a densidade dos textos, assuntos mais específicos não foram aqui abordados. No espaço de uma resenha, mesmo longa como esta, não seria possível fazê-lo. Entretanto, cabe ainda uma palavra sobre as fronteiras entre as disciplinas. O conceito usual de interdisciplinaridade é o de um conjunto de disciplinas estabelecidas que, pelos protocolos contratuais e de linguagem, negociam intercâmbios de alcance restrito, em uma área delimitada do campo de conhecimento, por um período também limitado, em geral, com o objetivo de resolver uma questão específica. A abordagem de Harvey, ainda que ancorada firmemente na territorialidade geográfica, é decididamente *transdisciplinar*, isto é, usa recursos e conceitos provenientes de disciplinas diversas para melhor iluminar os objetos os quais tem pela frente. Decididamente, não é um procedimento simplificador: exige muito de quem o pratica, e, sem dúvida, um longo aprendizado para quem se dispuser a fazê-lo. Mas sempre é tempo de começar.

Finalmente, para Harvey, a prática da teoria – praticar a teoria – é prática transformadora e não contemplação explicativa do mundo. No posfácio da reedição de *The limits to capital* (Londres: Verso, 1999, p. 446), podemos ler: “Um trabalho desse tipo não admite conclusão... A abertura de novas questões a responder, de novos caminhos de investigação, provoca simultaneamente a reavaliação de conceitos básicos... e o perpétuo rearranjo do aparato conceitual usado para descrever o mundo.” E, podemos acrescentar, dos instrumentos, processos e espaços criados com o objetivo de torná-lo melhor.

NOTAS

(1) Esta resenha foi elaborada com base em revisão de literatura, que integra o desenvolvimento de tese de doutorado cujo tema é *O planejamento urbano no contexto das tendências contemporâneas do processo de urbanização – As operações urbanas em São Paulo*, sob a orientação do professor Ricardo Toledo Silva.

(2) Em *Explanation in geography* (Londres: Edward Arnold, 1969) Harvey discute, exaustivamente, questões de método em relação à geografia, em uma abordagem que, posteriormente, ele mesmo irá qualificar como neopositivista. Em *Social justice and the city* (Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1973), publicado no Brasil em 1980 como *A justiça social e a cidade* (São Paulo: Hucitec), pode-se acompanhar o desenvolvimento do programa de pesquisa de Harvey das *formulações liberais* – como ele próprio as chamava – para formulações críticas baseadas nos escritos de Marx. Pode ser traçado um paralelo entre esse livro de Harvey e aquele de Milton Santos, *Por uma geografia nova – Da crítica da geografia a uma geografia crítica* (São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978), no qual questões análogas são apresentadas.

(3) *Produção do espaço* é título do influente livro de Henri Lefebvre, até hoje não-publicado no Brasil: *La production de l'espace*. (Paris: Anthropos, 1974).

(4) *Condição pós-moderna – Uma pesquisa sobre a origem da mudança cultural* (São Paulo: Loyola, 1994). Na tradução, o sentido do título na língua de origem foi ligeiramente deslocado, pois se refere a uma *condição de pós-modernidade*, menos universalizante e menos taxativa na aceitação tácita dos pós-modernismos que o título em português conota. O original é *The condition of postmodernity – An enquiry into the origins of cultural change* (Oxford: Basil Blackwell, 1989).

(5) Harvey tem 12 títulos publicados até o momento (abril de 2004). Desses, apenas quatro não aparentam esse procedimento de edição: *Explanation in geography* (1969), *The limits to capital* (1982), *The condition of postmodernity* (1989), e *The new imperialism* (2003). Sem incluir os aqui resenhados, os demais títulos são: *Social justice and the city* (1973), *Consciousness and the urban experience* (1985), *The urbanization of capital* (1985), *The urban experience* (1989), *Justice, nature and the geography of difference* (1996), *Paris, capital of modernity* (2003). Foi também co-editor, com Teresa Hayter, de uma obra coletiva, *The factory and the city: The story of the Cowley automobile workers in Oxford* (1993).

(6) A respeito das abordagens “pós”, na introdução de *Justice, nature and the geography of difference* (Oxford: Blackwell, 1996, p. 2), Harvey aponta o contraste de atitudes entre os participantes de um congresso acadêmico sobre globalização – hipercriticismo, ceticismo, desencanto, apatia – e a atitude dos participantes de um encontro regional de pastores pentecostais – confiante, envolvente, participante. Tal contraste o levou à seguinte reflexão: “A tarefa da análise crítica não é, certamente, provar a impossibilidade de crenças fundamentais (ou verdades), mas encontrar bases mais plausíveis e adequadas para essas crenças, que façam com que a interpretação e a ação política tenham sentido, sejam criativas e possíveis.”

(7) A revista *Antipode*, fundada em 1969, dedica-se à publicação e divulgação de artigos e pesquisas acadêmicas de inspiração radical em geografia. Encontra-se atualmente em seu 36º volume.

(8) Trata-se do livro de Roberto Mangabeira Unger, não-publicado no Brasil, *Social theory: Its situation and its task* (Cambridge: Cambridge University Press, 1987).

(9) O termo *tradução*, em sua origem latina, *traductione*, tem o significado de “ato de conduzir além, de transferir” (*Dicionário Aurélio*); o termo inglês *translation* guarda essa mesma conotação de transferência.

(10) Edward Bellamy (1850-1898), jornalista e novelista norte-americano, autor de *Looking backward 2000-1887* (1888).

Luiz Guilherme Rivera de Castro

Professor do Departamento de Planejamento da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, doutorando pelo Programa de Pós-Graduação da FAUUSP.

lgcastro@mackenzie.com.br